

HISTÓRIA E TRABALHADORES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICAS NEOLIBERAIS.

TRÓPIA, Patrícia Vieira - PUC-Campinas. Eixo Temático 1 – Políticas educacionais e movimentos sociais.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar os fundamentos político-ideológicos da educação profissional na década de 1990¹. Para tanto pretendemos abordar a atuação de uma das principais centrais sindicais, a Força Sindical, cuja política voltou-se, entre outros eixos, para a difusão de cursos de qualificação e requalificação profissional.

Pretendemos analisar primeiramente a adesão da Força Sindical à política de redução de gastos públicos, mais precisamente o apoio da central à redução da esfera de influência do Estado na educação pública e básica e à substituição do Estado pelos próprios sindicatos na oferta de qualificação profissional. Num segundo momento, discutiremos o papel da central na difusão da ideologia da empregabilidade, ideologia que mascara as reais causas do desemprego, responsabiliza trabalhadores pelo emprego e retira dos sindicatos a função de lutar pelos direitos trabalhistas. Tal política tem a função mais geral de reproduzir a dominação capitalista, na forma como ela se configura na periferia do sistema imperialista.

Ação Sindical no contexto neoliberal: a Força Sindical

Durante o Congresso de Fundação da Força Sindical, 1.793 delegados sindicais reuniram-se em São Paulo, aprovaram o estatuto e elegeram Luiz Antônio de Medeiros o primeiro presidente da central. Os primeiros discursos de Medeiros procuraram distinguir a Força Sindical das demais centrais existentes: nem CUT, "central ligada a partido político", nem CGT, "entidade apática e desvinculada dos reais interesses da classe trabalhadora". A Força Sindical lançava-se como expressão "da modernidade" no movimento sindical. A marca que procurava veicular era a de uma central que aceitava o capitalismo, a economia de mercado e o predomínio da negociação sobre o sindicalismo de confronto. Pregava a maior

¹ Professora da Faculdade de Educação da PUC-Campinas, membro do Grupo de Pesquisa HISTEDBR, da PUC-Campinas, e pesquisadora do Cemarx da Unicamp.

eficácia do diálogo para a conquista dos benefícios, pois, como afirmava Medeiros, "a derrota não organiza os trabalhadores, o que organiza é a vitória e a vitória se conquista com o diálogo". Com este discurso conciliador, Medeiros buscou fortalecer o poder sindical da central, contando para isso com o apoio da burguesia e do governo. Tanto prestígio e publicidade tinham motivo: a Força Sindical armava-se para, no plano imediato, combater a CUT e alavancar uma proposta de modernização da economia e das relações de trabalho no Brasil.

Com uma prática que combinou um sindicalismo moderadamente ativo e reivindicativo no plano econômico a uma atuação conservadora, no plano político e ideológico, a central construiu um modelo de sindicalismo até certo ponto inovador para a realidade brasileira. Evidentemente, a Força Sindical não abriu mão dos recursos políticos advindos da estrutura sindical oficial, nem tampouco rechaçou o apoio de uma massa de sindicatos pelegos e de carimbo. Mas, a Força Sindical acrescentou ao governismo dominante em suas bases o que os seus expoentes denominavam pragmatismo, ou seja, a inclusão de ações grevistas como forma de pressão na negociação salarial e de ações de massa pela adoção de medidas compensatórias contra o desemprego.

No plano político, contudo, a Força Sindical aderiu ao neoliberalismo. Esta adesão desenvolveu-se em duas frentes. A primeira foi de oposição à CUT e ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)². Ao longo dos anos 90, a central fez propaganda e agitação contra a linha política da CUT e, no caso do MST, criou a Força da Terra, um programa que, em parceria com o governo, procurou amortecer a luta popular pela reforma agrária. A segunda frente foi propositivamente neoliberal. A central engajou-se, ofensivamente, no processo de implantação da política estatal neoliberal, contribuindo, ao mesmo tempo, para a disseminação ideológica do neoliberalismo.

Um dos principais eixos da política neoliberal, a redução de gastos sociais foi apoiado pela Força Sincial. A política neoliberal procura adequar os princípios doutrinários do liberalismo econômico às situações históricas concretas. Na impossibilidade de colocar em

² Em relação à CUT, apesar das efêmeras alianças construídas no terreno reivindicativo, predominou o confronto no campo político-ideológico.

prática o pressuposto do Estado mínimo, a política neoliberal privatiza serviços sociais, tornando as atividades, até então públicas, aptas à acumulação e remuneração do capital.

No Brasil, os governos neoliberais se utilizaram de dois expedientes: 1) o estrangulamento do ensino superior público, bem como a expansão da rede privada de ensino e 2) a drástica redução dos investimentos nas áreas de saúde, educação, saneamento etc. No que diz respeito aos programas públicos de emprego, as verbas destinadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)³ – inicialmente previstos para custear o seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e programas de desenvolvimento econômico (através do BNDES) – têm sido retidas pelo Tesouro Nacional e remetidas para o oferecimento de cursos de qualificação profissional (Barbosa e Moretto, 1998). Qual a posição da central face às políticas sociais?

A Força Sindical, em seu Congresso de Fundação, dedicou atenção às questões sociais e, inclusive, conclamou seus filiados a realizar uma "campanha de lutas visando conquistas sociais, como forma de enfrentar e diminuir as desigualdades existentes" (Força Sindical, 1991: 45). As políticas de transporte, habitação, educação e saúde receberam propostas, mas com graus variados de intervenção do poder público. No caso da educação, por exemplo, é digno de nota que apenas a ampliação do ensino superior público tenha sido reivindicada. Por sua vez, quando suas lideranças defenderam a redução da esfera de intervenção do Estado e, conseqüentemente, as privatizações, clamavam pela redefinição de sua função social, na medida em que, com o dinheiro arrecadado nos leilões, o Estado poderia investir mais em educação, saúde, emprego e renda. Este discurso é, entretanto, ambíguo.

Em seu livro-programa, afirma-se que na área social o Estado tem "criado um terreno fértil para o desperdício, a corrupção, o desvio dos benefícios da clientela-alvo, a má distribuição do gasto entre investimento e custeio (como na educação), a tecnificação excessiva e a utilização desproporcional de equipamentos" (Força Sindical, 1993: 69). Para solucionar estes problemas crônicos – corrupção e desperdício –, a gestão dos recursos públicos deve ser modificada e adaptada aos critérios empresariais e de mercado. Desta forma, a central defende a descentralização das políticas sociais e a introdução de novas formas de

³ O FAT, criado pela Lei 7.998/90, constitui um fundo público destinado a custear políticas de emprego e renda (Cf. Barbosa e Moretto, 1998).

gestão e de participação da sociedade civil: uma espécie de privatização "branca". Se esta privatização não pode ser total, cabe, em nome da soberania do consumidor, da eficiência e da liberdade individual, as seguintes iniciativas: 1) criar parcerias; 2) substituir o Estado por sindicatos, ONGs etc, na oferta dos serviços públicos, criando os “serviços públicos não estatais”.

Se o discurso da Força Sindical é ambíguo, sua prática não deixa dúvidas quanto à defesa da privatização dos serviços sociais. Além de ter sido omissa na denúncia da redução de gastos, a central cresceu, em grande medida, ao assumir funções sociais relegadas pelo Estado, entre as quais se destaca a da qualificação profissional.

Educação Profissional no Contexto neoliberal

Os estudos sobre sindicalismo evidenciam que historicamente há diferentes expectativas e demandas dos sindicatos operários em relação à educação. Ora os sindicatos reivindicam educação escolar, ora educação extra-escolar; ora formação política ora qualificação profissional. Segundo Manfredi (1996), as primeiras iniciativas de educação sindical remontam à Primeira República, quando algumas associações de orientação anarquista lançaram uma proposta educativa em três níveis: educação político-sindical, educação básica e cultura geral. Na década de 1940, o tema da educação voltou à ordem do dia dos sindicatos e os anseios se dirigiam, de um lado, para a criação de uma Universidade Popular (Partido Socialista Brasileiro) e, de outro, para a formação política no âmbito dos próprios sindicatos (Partido Comunista Brasileiro). Nos anos de 1970, mais precisamente na conjuntura de surgimento do chamado “novo sindicalismo”, inúmeros sindicatos criaram seus departamentos de educação e cultura, evidenciando que, além de uma bandeira, a formação sindical deveria ser uma tarefa dos próprios sindicatos. Supondo que o aumento da participação sindical dependeria da educação política do trabalhador, os sindicatos – que alguns anos depois fundariam a CUT – passaram a oferecer educação sindical, entendida naquele momento como formação política não escolar. Mas não apenas. O estudo de Manfredi sobre os metalúrgicos de São Bernardo – berço do novo sindicalismo e baluarte da CUT – mostra que, para atrair os próprios trabalhadores no início da década de 1970, as lideranças implantaram cursos de “capacitação” de caráter profissionalizante extra-escolar

(através de convênios com o SENAI) e cursos supletivos (também conhecidos, à época, como madureza). Segundo Paranhos, as lideranças sindicais de São Bernardo compreendiam que a educação operária envolveria “aspectos políticos e culturais que buscam promover a dignidade dos trabalhadores como cidadãos” (1999: 162). No final da década de 1970, os cursos de educação sindical tinham, além do propósito de atrair, a função de formar politicamente os trabalhadores para compor as comissões de fábrica. Além disso, o sindicato de São Bernardo procurava garantir a educação profissional dos trabalhadores por meio de convênios com o SENAI. Enfim, o que se destaca da experiência educacional dos sindicatos nos anos de 1970 e 1980 é a concepção de que caberia aos sindicatos formar politicamente os trabalhadores, sem a pretensão de substituir a escola na formação básica e profissional dos trabalhadores.

A concepção de educação sindical mudou muito na década de 1990. No caso da CUT que abandona o sindicalismo de confronto (cujo pressuposto era a desigualdade entre capital e trabalho) e adota um sindicalismo propositivo e cidadão, a educação política é substituída pela qualificação profissional (Tumolo, 2002). A Força Sindical, defende, desde sua origem a parceria entre capital e trabalho e concebe a educação como garantia da empregabilidade do trabalhador. Apesar de estarem em campos políticos algo diferentes, ambas as centrais se aproximam nos anos de 1990, ao assumir que a qualificação profissional é a principal “arma de luta” política e ideológica contra o desemprego. Como este discurso é construído e difundido pela Força Sindical para suas bases?

Força Sindical e Educação profissional

Para compreendermos a concepção educacional da Força Sindical examinaremos alguns documentos, mais precisamente as resoluções e publicações dos Congressos nacionais e um texto interno difundido nos cursos para formação de dirigentes e delegados sindicais. Além destes documentos, analisaremos os discursos das lideranças 1990. Entre os documentos, tem especial destaque o livro-programa da Força Sindical, intitulado *Um projeto para o Brasil, a proposta da Força Sindical*, lançado oficialmente durante o 2º Congresso (1993), aprofundado no 3º Congresso (1997) e referendado no 4º (2001).

Na introdução do livro, faz-se um diagnóstico da situação econômica e propõe-se um conjunto de reformas para modernizar o País. Por que reformar? Segundo Medeiros, o

fracasso do "socialismo real", as crises cíclicas do sistema capitalista, a crise das ideologias e a nova ordem mundial levaram ao esgotamento do modelo de desenvolvimento iniciado na era Vargas. As políticas econômicas intervencionistas, o Estado hipertrofiado e vulnerável a interesses "clientelistas", o parque industrial atrasado tecnologicamente e a centralização política eram os grandes responsáveis pela crise brasileira. Na década de 1980, este quadro teria se agravado com a promulgação da Constituição de 1988, que entravava a modernização do País. Vencer o corporativismo, o populismo, o fisiologismo, a ganância, a pernicioso promiscuidade entre a burocracia pública e os interesses privados, bem como a corrupção, eram os objetivos almejados com a proposta

A educação é um tema importante para entendermos o ideário da central. Para a Força Sindical, os problemas do ensino básico, sobretudo os altos índices de repetência e fracasso escolar, constituem, além de um entrave ao desenvolvimento, um desperdício de recursos públicos. Segundo a Central, os gastos em educação no Brasil não diferem de países como Coréia, Formosa e Hungria. Mas, diferentemente destes países, o desempenho dos alunos é, no Brasil, muito inferior. Concluem que o problema no País não é falta de recursos públicos, mas a má aplicação destes. "Não basta, pois, aumentar o montante de recursos investidos na área" sintetiza o livro-programa. Este diagnóstico da educação básica é acompanhado por propostas, entre as quais se destacam: financiamento por demanda, autonomia da gestão financeira da unidade escolar, estabelecimento de um custo mínimo por aluno, aumento das formas de controle de gastos e do desempenho pedagógico, implantação de um sistema de avaliação externa e publicização de resultados. O pressuposto destas propostas apresentadas pela Força Sindical é o da qualidade total e o das certificações para a educação. Mais precisamente, pressupõe-se que a escola deve ser regida pelos mecanismos do mercado: produção e gastos por demanda, administração financeira rígida, indicadores de qualidade vinculados à eficiência, omitização e produtividade. A escola pública de qualidade é, para a Força Sindical, a escola enxuta.

A educação profissional é, nesta proposta, subtraída à função de qualificação profissional. Esta, por sua vez, assume um papel instrumental, na medida em que é condição para a "modernização" da economia e para o desenvolvimento do País. Deve, pois, responder às necessidades do mercado de trabalho, da reestruturação produtiva e da modernização tecnológica. Na visão da central, a escola é entendida como um espaço de conformação

técnica e política da força de trabalho, que deve ser capaz de operar as tecnologias transferidas dos Países desenvolvidos (Souza, 2000). Em outro âmbito, a qualificação profissional é pensada a partir do conceito de empregabilidade (conceito desdobrado da teoria do capital humano), ou seja, como condição para o "ingresso, a permanência e o reingresso dos trabalhadores no mercado de trabalho" – o que deveria levar os sindicatos a lutar pela garantia de elaboração, "implantação e execução de uma política pública de educação profissional vinculada a políticas de emprego e a políticas regionais de desenvolvimento - regionais e setoriais" (*apud* Manfredi, 2002: 269). A qualificação profissional é vista como a arma que sindicatos (na condição de formadores) e trabalhadores têm para enfrentar as mudanças tecnológicas, as novas formas de contratação e o desemprego.

Ao conferir uma função instrumental à educação profissional, a Força Sindical contribui para difundir o discurso meramente ideológico da empregabilidade. Este discurso supõe que o acesso ou permanência ao mercado de trabalho depende da capacidade individual do trabalhador, cabendo-lhe voltar aos bancos escolares, realizar os cursos de qualificação e se manter atualizado. O caráter meramente ideológico deste discurso, advém dos pífios resultados alcançados com os programas de qualificação e requalificação profissional desenvolvidos no Brasil⁴.

Durante o 3º Congresso, realizado em 1997, a proposta educacional da Força Sindical assume um contorno mais definido. Sob o efeito do desemprego em sua principal base e criticando a política de abertura econômica, a Central proporá a retomada do crescimento econômico vinculada à desvalorização cambial, a diminuição dos juros, o aumento dos gastos na área social, a redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas. Uma das propostas que ganha, contudo, maior visibilidade e que se torna bandeira do principal órgão de divulgação do sindicato – *Jornal O Metalúrgico* – é a oferta de cursos de qualificação profissional.

Outro documento importante para compreendermos a posição da Força Sindical é o texto intitulado “Relações capital e trabalho”, difundido nos cursos de formação política. Este documento apresenta um diagnóstico do desemprego e destaca o papel dos sindicatos na luta salarial. O texto avalia que, com o “fim do fordismo, o trabalhador é cada vez mais instado a

⁴ Segundo pesquisa realizada pela Rede Unitrabalho, apenas 11% dos trabalhadores que cursaram programas de formação, em 1996, conseguiram se inserir no mercado de trabalho (Cf. Segnini, 2000).

desempenhar múltiplas tarefas dentro da fábrica e ter total conhecimento do processo produtivo”. Para tanto é necessário que o trabalhador seja “mais qualificado e consciente de sua importância dentro do processo produtivo”. Trabalhador mais consciente é – resalta o documento – “o trabalhador preocupado com a qualificação para não perder seu emprego e não aquele trabalhador que só se preocupa com reajuste salarial no final do mês”. Diante de um novo quadro de queda da inflação e de abertura comercial, há questões mais graves que devem ser pauta das negociações entre patrão e empregado. O documento afirma que a “substituição do homem pela máquina” e o processo de “globalização” são inexoráveis. As tarefas mais simples e mecânicas serão – sublinha o documento – as primeiras a serem substituídas pelas máquinas. Permanecerão as tarefas mais complexas e que exigem, em algum grau, tomada de decisão por parte do trabalhador. “Somente o trabalhador preparado e qualificado sobreviverá à nova estrutura produtiva”, adverte.

Além de modificar o mercado de trabalho, “a globalização” também altera as relações entre capital e trabalho. Poder-se-ia pressupor – destaca o documento – que se a mão-de-obra perde importância no processo produtivo, o capital prevalecerá e submeterá o trabalho à sua lógica. Essa, porém, “não é uma verdade absoluta”. Evidente que o trabalho fica em uma situação desfavorável diante dessa realidade. Porém, a parcela de mão-de-obra que não pode ser sumariamente substituída na reestruturação se torna qualitativamente importante para todo o processo. Torna-se mais capaz de dialogar e defender seus interesses. Por isso, a relação entre patrões e empregados tem que ser pautada pelo constante diálogo, conclui.

Os trabalhadores que perderam seus empregos “deverão se organizar para tentar reverter a situação. Através do sindicato, dos órgãos governamentais ou particularmente deverão voltar aos bancos escolares para submeterem-se a uma requalificação profissional e voltar ao mercado de trabalho”.

Conclusão

A história da educação sindical evidencia que a educação assume, na década de 1990, uma função estratégica na dominação política e ideológica neoliberais. Se por um lado a CUT vem abandonando a perspectiva de que a educação é fundamental na conscientização dos

trabalhadores de sua condição de classe, por outro, a Força Sindical passa a apoiar a política neoliberal de redução dos gastos públicos e a difundir a ideologia da empregabilidade.

Para esta central, a educação profissional se reduz à qualificação do trabalhador, que é, por sua vez, entendida como condição necessária para entrada e manutenção do trabalhador no mercado de trabalho. A qualificação profissional tem, portanto, uma função apenas instrumental e um sentido político de conformação e conciliação de classe.

A ideologia da empregabilidade, vulgarizada pela Força Sindical, é a base da principal política de emprego implementada no Brasil nos anos de 1990. Esta ideologia incute no trabalhador a idéia de que sem, ou com baixa, qualificação não há empregos. A ideologia da empregabilidade é duplamente perversa: primeiramente, ela mascara a realidade ao pressupor a existência de postos de trabalhos vagos, que aguardariam apenas a qualificação de trabalhadores para serem preenchidos. Em segundo lugar, ela responsabiliza o próprio trabalhador por sua formação, culpando-o por não ter continuado seus estudos e por não ter procurado se aperfeiçoar, quando na realidade, o sistema de ensino no Brasil tem sido historicamente excludente e o nível de exploração da força de trabalho – jornadas extensas, horas extras – desgastante.

Para os governos neoliberais, tanto melhor se os sindicatos passam a assumir funções sociais e atuar nas brechas do Estado, já que assim eles deixam de lado a luta pela universalização dos direitos, conciliam com as políticas neoliberais e, por isso, acabam abandonando a perspectiva de uma luta sindical classista.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Alexandre de Freitas e MORETTO, Amilton. *Políticas de emprego e proteção social*. São Paulo: ABET, 1998.

BOITO Jr. Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO Jr.. Armando et alli. Dossiê – Neoliberalismo e Lutas Sociais. *Revista Idéias*, vol. 9, nº 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002.

DIEESE. "As negociações coletivas no Brasil". São Paulo, 2001(a).

- FORÇA SINDICAL. *Um projeto para o Brasil – a proposta da Força Sindical*. São Paulo: Geração Editorial, 1993.
- IBGE. "Sindicato - indicadores sociais, 2001". Brasília: Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão, 2003.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio e CARDOSO, Adalberto Moreira. *Força Sindical – uma análise sócio-política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio. *O destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 1999.
- VISSER, J. "Syndicalisme et désyndicalisation". *Le mouvement social*, Editions ouvrières, no. 162, jan, 1993.
- MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.
- NORONHA, Eduardo. "A explosão das greves nos anos 80". In: BOITO JR., Armando. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 93-136.
- PARANHOS, Kátia. "Educação sindical em São Bernardo nos anos setenta e oitenta". *Revista Sociologia e política*, n° 13, novembro de 1999, p. 153-174.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param – greves e mudança social no Brasil (1945–1990)*. São Paulo: Ática, 1994.
- SEGNINI, Liliana R. P. "Educação e trabalho, uma relação tão necessária quanto insuficiente". *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 14, no. 2 abr./jun. de 2000, p. 72-81.
- SOUZA, José dos Santos. "Concepções e propostas da CUT e da Força Sindical para a educação brasileira - anos 90". In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) *Educação e Política no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SMSP. *Relação capital e Trabalho*, mimeo, s/d(b).
- _____. "A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo". *Idéias*, vol. 9, n° 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002, p. 155–202.

TUMOLO, Paulo. *Da contestação à confrontação* – a formação sindical da Cut e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora Unicamp, 2002.